

A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DO PNAIC

Milene Trajano da Silva (mtsmilene@hotmail.com - PPGEd/UFCG)
Melânia Mendonça Rodrigues (melania.r@uol.com.br - PPGEd/UFCG)

Introdução

Para colocar em prática os compromissos firmados na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia (1990), o governo brasileiro na gestão do presidente FHC, iniciou uma série de reformas que contemplaram (além de outras propostas): mudanças nos níveis e modalidades de ensino, nas diretrizes curriculares, na avaliação, na forma de gerir a escola e nas orientações quanto à formação de professores. Vale lembrar que as reformas ocorridas no cenário da educação ocorreram em consonância com a reforma do Estado que passou a assumir um caráter neoliberal.

As orientações relacionadas à formação de professores, como um dos eixos centrais das reformas, ganham destaque através das legislações e normas aprovadas, tendo em vista o interesse do Estado no aspecto da formação dos docentes da escola pública, pois se acreditava que eles seriam um dos principais pilares para que ocorresse a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Nesse sentido, o professor assume o papel de protagonista do sucesso ou fracasso do cumprimento das metas desse movimento mundial. Chaves, Segundo e Barroso (2015) colocam que a partir daí, novos paradigmas da formação docente são lançados, tais como: apoio a uma formação aligeirada, flexível e a distância, marcada pelo ideário do aprender a aprender. Além disso, passou também a ganhar destaque o desenvolvimento de uma política nacional de formação continuada em detrimento à formação inicial.

Várias formações foram realizadas a nível nacional para materializar a proposta da política nacional de formação continuada. Estas passaram a ter como eixo norteador, formar o professor para desenvolver práticas que visassem melhorar o desempenho dos alunos nas séries iniciais nos aspectos da leitura, da escrita e do domínio dos cálculos matemáticos.

Como uma continuidade dessa política, no cenário educacional brasileiro, surgiu no ano de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que é o objeto desta pesquisa em andamento. Com o olhar voltado para o referido objeto, a presente pesquisa

objetiva analisar criticamente a concepção de formação continuada que se faz presente no PNAIC, observando a sua materialização no município de Juazeirinho.

De acordo com a portaria de 7 de julho de 2017, a formação continuada no âmbito do PNAIC, orientada para a aprendizagem dos alunos, é ofertada em serviço, incluindo-se na carga horária dessa formação, não somente momentos presenciais, mas atividades mediadas por tecnologias, tais como: webconferência e minicursos *online*, e as que os coordenadores pedagógicos, articuladores da escola, mediadores da aprendizagem do Programa Novo Mais Educação e professores desenvolverem na escola ou em sala de aula com os alunos.

O presente estudo torna-se relevante, pois desde 2012 o PNAIC ganhou destaque no contexto educacional e, dessa forma, nos últimos seis anos vem se fazendo presente nos municípios brasileiros. Vale salientar que no ano de 2016, receberam a referida formação 284.919 alfabetizadores e 38.598 coordenadores pedagógicos.

Para Santos (2000), o Banco Mundial investe na educação continuada na perspectiva de melhorar o desempenho docente para que o professor venha a ter um maior domínio dos conteúdos das disciplinas e das estratégias pedagógicas para ministrar tais conteúdos. O autor ainda fala que isso é uma forma de instrumentalizar o docente para seguir diretrizes e normas curriculares. Se pensarmos nesses dois últimos pontos, podemos refletir que as formações continuadas também podem ser formas de regular os conhecimentos que são trabalhados em sala. Essa regulação ocorre por parte dos Organismos Internacionais, pois são interesses deles fazer o controle do que se trabalha na escola pública.

Também é válido ressaltar que os Organismos Internacionais dão preferência nos investimentos em formação continuada ao invés da formação inicial, isso porque além de custar mais barato, esse tipo de formação oferece apenas a técnica, o treinamento, o conhecimento “empobrecido”, não dispondo de discussões políticas que levem a refletir sobre fazer uma educação que emancipe os sujeitos.

Torres *apud* Miguel e Vieira (2008) afirma que o tema docente incomoda o Banco Mundial, pois para eles os professores (e seus sindicatos), são vistos como um problema antes que recurso, já que se trata de “insumo” educativo necessário, porém caro, complexo e difícil de lidar. Nesse sentido, o docente é visto como um sujeito político, que pode se organizar enquanto classe trabalhista e essa reação não vai ao encontro dos interesses dos organismos internacionais. Por isso, a eles a formação/capacitação devem ser investimentos mínimos dentre as prioridades recomendadas.

Metodologia

Para a realização da presente pesquisa utilizaremos as categorias da historicidade, totalidade e contextualização. No que diz respeito ao caminho metodológico, este se dará através dos seguintes momentos: estudo bibliográfico dos conceitos e teorias que irão fundamentar a pesquisa (está ocorrendo através da participação nas disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação, como também a partir de leituras complementares). Concomitante a essa etapa, está sendo construído um capítulo teórico que discute e contextualiza a política nacional de formação de professores.

Posteriormente, será feito: um estudo da proposta nacional do Pacto (a partir dos documentos oficiais); observações dos encontros das formações continuadas no município de Juazeirinho; análises dos materiais distribuídos pelo Ministério da Educação (materiais estes destinados para os estudos dos professores e para o uso na sala de aula); entrevistas semi-estruturadas (para verificar as percepções dos docentes quanto à formação recebida no município em parceria com o governo federal).

Considerações Finais

O presente trabalho torna-se relevante, pois trará reflexões críticas acerca da referida formação continuada a nível nacional e municipal. Também servirá como subsídio para docentes, estudantes e pesquisadores que buscam reflexões no campo das políticas educacionais e da política de formação continuada. Possibilitará também a oportunidade dos gestores educacionais do município avaliar criticamente a formação continuada que está ocorrendo. Tais dados alcançados nessa pesquisa também poderão ser utilizados para a tomada de medidas visando redefinições à oferta da formação continuada a nível local.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria N° 826, de 7 de julho de 2017**. Dispõe Sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Diário Oficial da União. 10 de julho de 2017, Seção I.

CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; BARROSO, Aline Nunes Paiva. A formação de professores recomendada nos relatórios, de monitoramento global de educação para todos: análise no contexto da crise estrutural do capital. In.: RABELO, Jaqueline; JIMENEZ, Suzana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes.(Org.). **O Movimento de Educação Para Todos e a crítica marxista**. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 2015

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIEIRA, Aboni Marisa Dudeque Pianovski. **As políticas educacionais e formação continuada do professor**. Campinas: Revista HISTEDBR on-line, nº 31, setembro. 2008, p. 127-141.

SANTOS, Luciola Licínio de C. P. **A implementação de políticas do Banco Mundial para a formação docente**. Caderno de Pesquisa, Nº 111, 2000, dezembro, p. 173 - 182